

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

PROVA OBJETIVA

QUESTÃO 1

A respeito da contabilidade pública, assinale a opção correta.

- A Os bens públicos, independentemente de sua natureza, são controlados pela contabilidade pública.
- B Os procedimentos para apuração de resultado econômico devem ser excluídos da contabilidade pública.
- C A contabilidade pública necessita de, pelo menos, um órgão administrativo que pratique atos de gestão.
- D As obrigações públicas são incluídas no passivo somente quando acompanhadas de comprovante emitido pelo credor.
- E O objetivo da contabilidade pública é apresentar uma situação líquida nula.

QUESTÃO 2

Se determinado animal integrante do patrimônio de um órgão público morrer, a contabilidade pública deverá registrar uma variação patrimonial

- A qualitativa extraorçamentária ativa.
- B quantitativa orçamentária passiva.
- C qualitativa orçamentária ativa.
- D quantitativa extraorçamentária passiva.
- E qualitativa orçamentária passiva.

QUESTÃO 3

Assinale a opção que apresenta fato que deve ser registrado na contabilidade pública como provisão.

- A créditos de liquidação duvidosa
- B créditos de dívida pública ativa
- C férias vencidas e não pagas
- D reclamações trabalhistas de valor incerto
- E restos a pagar liquidados

QUESTÃO 4

Assinale a opção que identifica um subgrupo da classe passivo.

- A receita diferida líquida
- B créditos realizáveis a longo prazo
- C execução de restos a pagar
- D receita corrente
- E juros e encargos da dívida pagos

QUESTÃO 5

O demonstrativo contábil cujo objetivo é evidenciar os ingressos e dispêndios de recursos a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, denomina-se

- A balanço patrimonial.
- B balanço financeiro.
- C demonstração dos fluxos de caixa.
- D demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- E balanço orçamentário.

QUESTÃO 6

Um órgão público inscreveu em restos a pagar compromisso que ainda não havia sido liquidado. Ao final do exercício seguinte, como o pagamento não tinha sido feito, a referida inscrição em restos a pagar foi cancelada. Um ano depois do cancelamento, a administração pública reconheceu que o serviço correspondente àquele compromisso havia, de fato, sido prestado.

Nessa situação, o pagamento do referido compromisso deve ser feito por meio da conta de

- A restos a pagar não liquidados.
- B suprimento de fundos.
- C transferências correntes.
- D passivo sem execução orçamentária.
- E despesas de exercícios anteriores.

QUESTÃO 7

Órgão público que, durante a execução do orçamento, verificar insuficiência de recursos para reforma de um de seus imóveis tem permissão legal para

- A captar recursos a título de antecipação de receita de tributo cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.
- B receber antecipadamente de empresa controlada valores que não se refiram a lucros e dividendos.
- C assumir compromisso com fornecedor de bens que não seja empresa dependente, mediante emissão de título de crédito.
- D assumir obrigação sem autorização orçamentária com os fornecedores para pagamento *a posteriori*.
- E realizar operação de crédito com instituição financeira estatal sob controle de outro ente da Federação.

QUESTÃO 8

Se determinado suprimento de fundos não for integralmente utilizado, o respectivo saldo remanescente deverá ser devolvido ao órgão concedente. Nesse caso, se o exercício de concessão ainda estiver em curso, o registro contábil de débito e crédito da informação de natureza patrimonial deverá ser feito, respectivamente, nas contas de

- A crédito disponível e crédito empenhado a liquidar.
- B adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros e outras obrigações de curto prazo — suprimento de fundos.
- C caixa e equivalentes em moeda nacional e adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros.
- D outras obrigações de curto prazo — suprimento de fundos — e caixa e equivalentes em moeda nacional.
- E controle da disponibilidade de recursos e disponibilidade por destinação de recursos.

QUESTÃO 9

A comparabilidade da informação financeira

- A** constitui a relação entre dois ou mais itens de informação.
- B** refere-se à utilização dos mesmos princípios contábeis.
- C** auxilia na consecução do objetivo de consistência.
- D** demanda que todas as informações sejam uniformes.
- E** é necessária apenas para permitir comparação com outras entidades.

QUESTÃO 10

O instrumento de programação orçamentária que é utilizado para alcançar o objetivo de determinado programa e que envolve um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação de governo, é denominado

- A** ação.
- B** projeto.
- C** atividade.
- D** operação especial.
- E** meta física.

QUESTÃO 11

A respeito do controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão sistemas de controle, de forma independente, com a finalidade de avaliar a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- B** O sistema de controle deve ser mantido pelos três poderes de forma integrada, tendo como um dos seus principais objetivos elaborar e executar a programação financeira da União.
- C** Ao Tribunal de Contas da União (TCU) cabe apreciar a legalidade não só das nomeações para os cargos de provimento em comissão, mas também das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.
- D** A competência do Congresso Nacional para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa é uma hipótese de controle de legalidade.
- E** Os tribunais de contas atuam de forma independente, exercendo o controle externo e o produto dessa ação destina-se a auxiliar o Poder Legislativo em sua incumbência constitucional.

QUESTÃO 12

O controle externo da administração pública

- A** é exercido por órgão integrante da própria administração, cabendo-lhe, entre as funções reservadas pela Constituição Federal de 1988 (CF), exercer a função de fiscalização.
- B** não tem competência para avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual em relação a atos de gestão orçamentária, financeira nem patrimonial.
- C** é hierarquicamente superior ao controle interno.
- D** é realizado de forma ampla e irrestrita.
- E** revisa atos que foram tomados pela discricionariedade da instituição componente da administração pública.

QUESTÃO 13

Uma vez detectada prática de fraude em licitação, cabe ao TCU fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- A** Havendo débito, o TCU ou o relator ordenará a citação do responsável para apresentar defesa ou recolher a quantia devida. Não havendo débito, o TCU determinará a audiência do responsável para apresentar razões de justificativa.
- B** Cabe aos tribunais de contas solicitar cópia de edital de licitação já publicado e proceder ao devido exame, desobrigando-se, assim, os órgãos ou entidades da administração interessada da adoção de medidas corretivas pertinentes.
- C** O julgamento final de ilegalidade de uma licitação resulta na irregularidade da despesa, que pode, em casos específicos, ser suportada pelo poder público.
- D** O TCU detém poderes para determinar tanto a quebra de sigilo bancário como a audiência do responsável para que este apresente razões de justificativa.
- E** Na hipótese de o Poder Legislativo não se pronunciar no prazo de trinta dias, o próprio TCU pode emitir o ato de sustação de contrato administrativo.

QUESTÃO 14

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta será exercida

- A** pelo Congresso Nacional, somente.
- B** pelo sistema de controle de cada entidade, somente.
- C** pelos tribunais de conta de cada estado.
- D** pelo Congresso Nacional e pelo sistema de controle de cada entidade.
- E** pelo TCU.

QUESTÃO 15

A respeito da apreciação das contas anuais do chefe do Poder Executivo pelo TCE/PA, assinale a opção correta.

- A** Essas contas compreenderão todo o exercício financeiro, abrangendo as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dos tribunais de contas do estado, dos ministérios públicos e da Defensoria Pública.
- B** A prestação de contas consiste apenas no Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos e avaliação da situação da gestão administrativa, nos seus aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial.
- C** O prazo para o TCE/PA emitir parecer a respeito das referidas contas será de noventa dias úteis, contados da data do recebimento.
- D** Caso haja sonegação de documentos, as referidas contas serão denunciadas ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará para providências cabíveis.
- E** O TCE/PA, na forma prevista no regimento interno, estabelecerá sempre o prazo de trinta dias para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei em qualquer tipo de irregularidade encontrada.

QUESTÃO 16

O TCE/PA apreciará, para fins de registro, a legalidade

- A** das nomeações para cargo de provimento em comissão.
- B** das contas prestadas mensalmente pelo governador do estado.
- C** da concessão inicial de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- D** dos atos administrativos e financeiros praticados por membros ou órgãos do Ministério Público.
- E** e a legitimidade de ato administrativo, sendo-lhe vedado adentrar na análise do mérito administrativo.

QUESTÃO 17

De acordo com a CF, assinale a opção correta.

- A** O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do TCU, de modo subordinado ao Poder Legislativo.
- B** Com o advento da CF, o controle exercido sobre a gestão pública restringiu-se ao aspecto da legalidade.
- C** As decisões administrativas provenientes dos tribunais de contas estão sujeitas ao controle jurisdicional.
- D** As decisões administrativas provenientes dos tribunais de contas não têm natureza vinculatória ante a administração pública.
- E** O TCU é um órgão vinculado à estrutura dos três poderes.

QUESTÃO 18

No desempenho de sua função constitucional, o TCE/PA utiliza, entre outros instrumentos de fiscalização, a inspeção para

- A** obter informações não disponíveis no TCE/PA, esclarecer dúvidas ou apurar fatos trazidos ao conhecimento do tribunal por meio de denúncias ou representações.
- B** conhecer a organização e o funcionamento de órgão ou entidade pública, de sistema, programa, projeto ou atividade governamental.
- C** verificar *in loco* a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial.
- D** monitorar e avaliar a gestão de órgão, entidade ou programa governamental por período de tempo predeterminado.
- E** aferir o cumprimento das deliberações do TCE/PA e os resultados delas advindos.

QUESTÃO 19

De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC/PA), ao Ministério Público junto ao TCE/PA compete

- A** fazer-se representar nas sessões desse tribunal em assuntos sujeitos à apreciação do TCE/PA, sendo desnecessária a audiência do MPC/PA nos atos de admissão de pessoal.
- B** representar aos tribunais locais sobre inconstitucionalidade de atos normativos estaduais ou municipais ante a Constituição estadual.
- C** promover a defesa da ordem jurídica, guardando a Constituição e as leis, fiscalizando sua execução, requerendo perante o Ministério da Justiça as medidas e providências do interesse da justiça.
- D** acatar os recursos permitidos em lei.
- E** promover o ressarcimento devido ao erário pelos débitos e multas fixados pelo TCE/PA na Procuradoria-Geral da Fazenda do Estado do Pará.

QUESTÃO 20

À luz da legislação pertinente e da jurisprudência dominante dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito do controle da administração pública.

- A** O papel do TCU no controle financeiro e orçamentário, como órgão eminentemente técnico, impede que o Poder Legislativo, exercitando o controle externo, aprecie as contas daquele que, no particular, situa-se como órgão auxiliar.
- B** É inconstitucional norma local que estabeleça a competência do TCU para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- C** Há direito líquido e certo à prorrogação de contratos celebrados pelos tribunais de contas com o poder público.
- D** É vedado ao TCU, no exercício de suas atribuições, apreciar a constitucionalidade de leis e de atos do poder público.
- E** Cabe aos tribunais de contas julgar as contas daqueles que derem causa a perda ou extravio mesmo que não resulte prejuízo ao erário público.

QUESTÃO 21

O governador de determinado estado da Federação pretende editar decreto que estabeleça as consequências administrativas do ato de greve de servidor público e as providências a serem adotadas pela administração pública para garantir a continuidade dos serviços públicos em caso de paralisação.

Considerando essa situação hipotética, as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e o entendimento do STF, assinale a opção correta com relação ao direito de greve.

- A** O direito de greve de servidores públicos civis estatutários exige, nos termos da CF, regulamentação por lei complementar específica.
- B** A CF proíbe a greve pelos militares, mas admite a sindicalização.
- C** O referido decreto estadual será inconstitucional, por invadir competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho, independentemente de o regime jurídico ser estatutário ou celetista.
- D** Não se pode estabelecer mediante decreto do governador o desconto em folha de pagamento quanto aos dias de paralisação.
- E** O referido decreto pode prever hipótese de contratação temporária excepcional limitada ao período de duração da greve para garantir a continuidade de serviços públicos essenciais.

QUESTÃO 22

No que se refere à intervenção do Estado na propriedade privada, julgue os itens a seguir.

- I Conforme o entendimento do STJ, o valor da indenização deve ser contemporâneo à avaliação.
- II A CF previu o tombamento de todos os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
- III Os bens expropriados, uma vez incorporados à fazenda pública, não podem ser objeto de reivindicação, salvo no caso de esta ser fundada em nulidade do processo de desapropriação.
- IV Constitui exemplo de requisição administrativa a hipótese de o Estado, para a realização de eleições municipais, utilizar escola privada somente durante o dia das eleições.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 23

A respeito da responsabilidade civil extracontratual do Estado, assinale a opção correta à luz do entendimento da doutrina e dos tribunais superiores.

- A Conforme entendimento do STF, a responsabilidade civil do Estado por atos de notários e oficiais de registro que, nessa qualidade, causarem danos a terceiros é direta, primária e objetiva.
- B De acordo com o entendimento doutrinário predominante, o direito brasileiro acolheu a teoria da irresponsabilidade do Estado.
- C A culpa concorrente da vítima, o fato de terceiro e a força maior são causas excludentes do nexo de causalidade.
- D Não há responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de atos normativos, mesmo quando se tratar de leis de efeitos concretos.
- E Segundo entendimento do STJ, a imprescritibilidade da pretensão de recebimento de indenização decorrente de atos de tortura ocorridos durante o regime militar de exceção não alcança as ações por danos materiais.

QUESTÃO 24

Considerando as disposições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar n.º 123/2006), julgue os itens a seguir, com relação ao tratamento legal às microempresas e empresas de pequeno porte em licitações públicas.

- I Microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar de licitação mesmo que possuam débitos tributários pendentes de regularização.
- II Será assegurada nas licitações, como critério de desempate, preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate as situações em que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 10% superiores à proposta mais bem classificada ou, em caso de pregão, até 5% superiores ao melhor preço.
- III A referida lei prevê hipóteses especiais de licitações direcionadas, direta ou indiretamente, a microempresas e empresas de pequeno porte.
- IV Poderão emitir cédula de crédito microempresarial as microempresas e empresas de pequeno porte titulares de direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios não pagos em até trinta dias contados da data de liquidação.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e III estão certos.
- B Apenas os itens I e IV estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens II e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 25

Assinale a opção que apresenta, na ordem em que estão, exemplos de atos administrativos enunciativos, normativos, ordinatórios, negociais e punitivos.

- A certidões / regulamentos / ordens de serviço / autorizações / destruições de coisas apreendidas
- B certidões / pareceres / ordens de serviço / autorizações / destruições de coisas apreendidas
- C pareceres / avisos / despachos / permissões / averbações
- D pareceres / instruções normativas / licenças / permissões / multas
- E pareceres / atestados / portarias / permissões / multas

QUESTÃO 26

Tendo como referência os princípios expressos e implícitos da administração pública e as disposições da Lei n.º 13.460/2017, assinale a opção correta acerca da participação, proteção e defesa do usuário de serviços públicos.

- A O administrador público atenderá ao princípio da eficiência sempre que tomar sua decisão com foco exclusivamente no aspecto econômico.
- B Por força do princípio da intranscendência subjetiva das sanções, irregularidades praticadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário não impõem sanções ao Poder Executivo.
- C O Poder Judiciário pode, fundamentando-se no princípio da isonomia, aumentar vencimentos de servidores públicos.
- D A referida lei permite ao usuário de serviço público apresentar reclamação apócrifa às ouvidorias dos órgãos da administração pública ou à entidade responsável pela fiscalização.
- E A referida lei não abrange serviços públicos prestados por particulares.

QUESTÃO 27

Considerando o entendimento dos tribunais superiores e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará (Lei n.º 5.810/1994), assinale a opção correta a respeito do regramento legal e jurisprudencial dos agentes públicos.

- Ⓐ O prazo prescricional para pleitear o direito à conversão em pecúnia de licenças-prêmio não gozadas ou não utilizadas se inicia com o requerimento de aposentadoria ao órgão público competente.
- Ⓑ Segundo entendimento dos tribunais superiores, servidor público em estágio probatório pode aposentar-se voluntariamente no cargo no qual ainda esteja em estágio.
- Ⓒ De acordo com o STF, servidora gestante tem direito público subjetivo à estabilidade provisória no cargo comissionado que ocupar.
- Ⓓ O direito a licença-prêmio previsto na referida lei é adquirido a cada quinquênio de efetivo exercício.
- Ⓔ Se um servidor estável ocupante de determinado cargo público for aprovado em concurso público para ocupar outro cargo público, ele estará dispensado do estágio probatório no novo cargo, mesmo que não tenha exercido este cargo previamente.

QUESTÃO 28

À luz da legislação aplicável e do entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito das regras de processo administrativo e de processo administrativo disciplinar (PAD).

- Ⓐ O desligamento de servidor temporário afasta a imposição de PAD decorrente de ato por ele cometido no exercício do cargo.
- Ⓑ A instauração de PAD derivado de falta disciplinar praticada por servidor efetivo cedido é de competência exclusiva do órgão público de origem a que estiver vinculado o servidor.
- Ⓒ A decadência administrativa se aplica mesmo na hipótese de o ato a ser anulado afrontar diretamente a CF.
- Ⓓ No caso de a matéria do processo administrativo envolver assunto de interesse geral e ser aberta consulta pública para manifestação de terceiros, o comparecimento à consulta conferirá a condição de interessado do processo.
- Ⓔ Em processo administrativo, havendo a exigência de apresentação, por órgão consultivo, de parecer obrigatório e vinculante, o processo não terá seguimento até a apresentação do respectivo parecer.

QUESTÃO 29

Considerando as disposições da Lei n.º 8.429/1992 e a jurisprudência do STJ, assinale a opção correta a respeito de improbidade administrativa.

- Ⓐ Admite-se a decretação da prescrição intercorrente em ação de improbidade administrativa.
- Ⓑ A condenação por improbidade administrativa derivada de ínfima ofensa a princípio da administração pública possibilita ao magistrado a aplicação de sanção aquém do mínimo legal.
- Ⓒ Aplicam-se às inquirições ou aos depoimentos realizados nos processos regidos pela referida lei as disposições do Código de Processo Civil.
- Ⓓ Transferir recurso a entidade privada em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congênere exigido pela lei configura ato de improbidade administrativa por ofensa aos princípios da administração pública.
- Ⓔ O ressarcimento ao erário decorrente da existência de título executivo extrajudicial prolatado por tribunal de contas impede, em qualquer hipótese, a proposição de ação de improbidade administrativa relativa ao mesmo fato.

QUESTÃO 30

Considerando a legislação pertinente e o entendimento do STJ, assinale a opção correta acerca de licitações públicas.

- Ⓐ Sociedade empresária em recuperação judicial não pode participar de licitação, ainda que demonstre, na fase de habilitação, sua viabilidade econômica.
- Ⓑ Em caso de parceria público-privada, é dispensável a submissão da minuta do edital à realização de consulta pública.
- Ⓒ A declaração de nulidade do contrato administrativo por ausência de prévia licitação impossibilita, em qualquer hipótese, a administração de indenizar o contratado.
- Ⓓ Segundo o entendimento do STJ, o prejuízo decorrente da dispensa indevida de licitação não é presumido.
- Ⓔ As minutas de editais de licitação devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da administração.

QUESTÃO 31

Acerca do poder de polícia, assinale a opção correta considerando o entendimento dos tribunais superiores e a doutrina.

- Ⓐ A demolição de casa habitada determinada por força de ato de polícia administrativa independe de prévia autorização judicial.
- Ⓑ A licença para dirigir veículos automotores para a prática de atos sujeitos ao poder de polícia do Estado não consiste em ato de polícia vinculado.
- Ⓒ A liberação de veículo retido por autoridades de trânsito apenas pela prática de transporte irregular de passageiros não está condicionada ao pagamento de multas e despesas.
- Ⓓ A polícia administrativa, ao contrário da judiciária, atua exclusivamente no campo preventivo.
- Ⓔ Não é admitida a delegação do exercício de poder de polícia de trânsito às guardas municipais, exceto no que se refere a atos decorrentes de consentimento e fiscalização.

QUESTÃO 32

Com relação a bens e serviços públicos, assinale a opção correta considerando a legislação pertinente e o entendimento do STJ sobre o tema.

- A** A destinação de bens públicos a organizações sociais que celebrarem contrato de gestão é hipótese legal de concessão de uso de bem público.
- B** No ordenamento jurídico brasileiro, inexistente hipótese de indisponibilidade absoluta de bens públicos.
- C** As ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União são bens públicos municipais.
- D** O poder concedente não poderá prever, em edital de licitação, receitas alternativas em favor da concessionária para assegurar a modicidade das tarifas dos serviços públicos.
- E** O débito decorrente do não pagamento de tarifas de serviço público essencial possui natureza pessoal.

QUESTÃO 33

No que se refere a poder constituinte e suas características, assinale a opção correta, tendo como referência o entendimento doutrinário.

- A** O poder constituinte material consiste no poder de editar normas com forma e força jurídica próprias das normas constitucionais.
- B** O poder constituinte originário se esgota logo após a edição do texto constitucional.
- C** O texto constitucional editado pela assembleia constituinte em procedimento direto será validado juridicamente com a aprovação do povo, mediante plebiscito ou referendo.
- D** Apesar de incondicionado, o poder constituinte originário pode fixar regras para o seu funcionamento, cuja observância é condição de validade da redação final da Constituição.
- E** A violação de princípios supranacionais de justiça pelo poder constituinte originário é causa de inconstitucionalidade originária.

QUESTÃO 34

Acerca da classificação das constituições e da Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

- A** Constituições pactuadas são aquelas cuja origem revela um compromisso entre a monarquia e o povo.
- B** Constituição chapa-branca é aquela que se limita a garantir os direitos individuais e limitar a intervenção estatal na economia.
- C** Quanto à dogmática, a CF é classificada como ortodoxa.
- D** Constituição ubíqua incorpora em seu texto normas e valores contraditórios.
- E** No modelo da constituição dirigente, é ampla a discricionariedade do legislador sobre o planejamento econômico nacional.

QUESTÃO 35

A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção correta, considerando o entendimento doutrinário e a jurisprudência do STF.

- A** Todas as normas constitucionais possuem efeito ab-rogativo sobre leis e decretos, salvo as normas de eficácia limitada.
- B** A previsão de aplicabilidade imediata das normas de direitos e garantias fundamentais alcança as normas que definem os direitos sociais.
- C** De acordo com o entendimento do STF, a norma constitucional que estabelece a autonomia da defensoria pública estadual tem eficácia contida.
- D** Enquanto o legislador ordinário não restringir o âmbito de aplicação das normas constitucionais de eficácia contida, estas terão eficácia limitada.
- E** Em geral, as normas constitucionais que atribuem competências aos entes federativos são de eficácia contida.

QUESTÃO 36

No que se refere à teoria geral dos direitos fundamentais e aos direitos e deveres individuais e coletivos, é correto afirmar que

- A** o chamado direito de resistência inclui-se entre os direitos fundamentais de segunda dimensão.
- B** a igualdade formal é característica típica dos direitos fundamentais de segunda dimensão.
- C** o direito de greve é classificado como direito fundamental de terceira dimensão.
- D** a titularidade dos direitos fundamentais de terceira dimensão é sempre individual.
- E** o direito à comunicação inclui-se entre os direitos fundamentais de terceira dimensão.

QUESTÃO 37

Sobre as possibilidades de interferência estatal no direito fundamental à liberdade de associação, assinale a opção correta.

- A** Cabe ao Poder Executivo determinar a dissolução compulsória de associação que tenha por objetivo a promoção de fins ilícitos.
- B** A produção dos efeitos da decisão judicial que determina a dissolução compulsória de associação depende do seu trânsito em julgado.
- C** A legitimidade da associação para a representação de seus filiados restringe-se ao âmbito judicial.
- D** A atuação judicial de associação na condição de substituta processual depende de autorização dos associados por meio de procuração.
- E** A exclusão de um associado de uma entidade religiosa por questões ideológicas está sujeita a revisão pelo Estado.

QUESTÃO 38

À luz da doutrina e da jurisprudência do STF acerca da organização do Estado brasileiro e da distribuição de competências federativas, assinale a opção correta.

- A** A imunidade constitucional sobre opiniões, palavras e votos proferidos por vereador no exercício do mandato estende-se além do limite territorial do município ao qual ele esteja funcionalmente vinculado.
- B** É inconstitucional disposição de Constituição estadual que condicione a instauração de ação penal por crime comum contra governadores a prévia autorização legislativa.
- C** Cabe intervenção federal em município em caso de descumprimento de decisão de tribunal federal.
- D** Pertence à União a competência para a edição de lei que institua regiões metropolitanas.
- E** Aos estados compete legislar sobre as hipóteses em que é permitido o porte de arma para servidores públicos de seus quadros.

QUESTÃO 39

De acordo com o entendimento doutrinário e a jurisprudência do STF, tem legitimidade para o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade

- A** entidade de classe formada por associados de categorias diversas, desde que haja unidade de interesses.
- B** entidade de classe que represente fração de categoria funcional, desde que atue em âmbito nacional.
- C** associação de caráter nacional, desde que esteja presente em pelo menos dois terços das unidades da federação.
- D** conselho de fiscalização profissional, que equivale a entidade de classe de âmbito nacional.
- E** associação de associações que possua o mesmo objetivo de defesa dos interesses de determinada classe.

QUESTÃO 40

A respeito das competências e da legitimidade do Ministério Público no âmbito de ação civil pública, é correto afirmar, à luz do entendimento do STF, que o Ministério Público

- A** não tem legitimidade para, com fundamento na proteção do patrimônio público, ajuizar ação civil pública que vise anular aposentadoria individual de servidor público.
- B** tem legitimidade para ajuizar execução de sentença condenatória patrimonial proferida por tribunal de contas.
- C** tem legitimidade para ajuizar ação civil pública para promover restituição de taxa de iluminação pública aos contribuintes.
- D** não tem legitimidade para, enquanto estiver pendente processo de tomada de contas para apuração de dano ao erário em tribunal de contas, ajuizar ação civil pública para promover o ressarcimento desse dano.
- E** tem legitimidade para questionar, em sede de ação civil pública, a concessão de benefício fiscal a determinada empresa.

QUESTÃO 41

A respeito de mandado de injunção, assinale a opção correta.

- A** É cabível mandado de injunção para exigir do Poder Legislativo a edição de regulamentação dos direitos do nascituro.
- B** Mandado de injunção é instrumento do sistema de controle concreto e difuso da omissão inconstitucional.
- C** É cabível mandado de injunção para questionar a efetividade de lei que regulamente disposição constitucional.
- D** Mandado de injunção não é o meio próprio para requerer a concessão de aposentadoria especial em função do exercício de atividade insalubre.
- E** Sentença de mandado de injunção não tem o efeito de estabelecer as condições em que se dará o exercício do direito pleiteado.

QUESTÃO 42

No que diz respeito aos princípios gerais da atividade econômica, a política urbana, a política fundiária e a reforma agrária, assinale a opção correta.

- A** De acordo com o STF, os serviços sociais autônomos, que integram o denominado sistema S, integram a administração pública.
- B** A CF veda a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos sob o regime de permissão.
- C** De acordo com o entendimento do STF, o monopólio do serviço postal de correspondências pessoais pertence à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
- D** A inexistência de registro imobiliário é suficiente para a caracterização do domínio público sobre as terras devolutas, segundo o entendimento do STF.
- E** As operações de transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária não estão isentas de impostos federais, estaduais e municipais.

QUESTÃO 43

Determinado município editou lei que violava disposição da respectiva Constituição estadual, de reprodução obrigatória e redação idêntica a norma da CF.

Nessa situação hipotética, a ação cabível e o órgão judicial competente para julgá-la são, respectivamente,

- A** a ação direta de inconstitucionalidade e o tribunal de justiça local.
- B** a ação civil pública e o tribunal regional federal que tenha jurisdição sobre o município.
- C** a arguição de preceito fundamental e o juízo da primeira instância.
- D** o mandado de segurança e o STF.
- E** a ação direta de inconstitucionalidade e o juízo da fazenda pública da capital do estado do município.

QUESTÃO 44

Considerando o entendimento da doutrina e da jurisprudência do STF sobre o regime de precatórios e requisições de pequeno valor, assinale a opção correta.

- A** Admite-se a prisão civil de governador de estado pelo não cumprimento da obrigação de pagamento dos precatórios de natureza alimentar.
- B** O STF entende ser possível o fracionamento do pagamento das requisições de pequeno valor, desde que o devedor demonstre a impossibilidade de seu pagamento integral.
- C** De acordo com o regime especial de pagamento dos precatórios vigente, não está autorizada aos credores a compensação de débitos tributários.
- D** Segundo o entendimento do STF, no caso de litisconsórcio facultativo ativo, é possível o fracionamento de execução de sentença para expedição de requisição de pequeno valor.
- E** Sociedade de economia mista prestadora de serviço público concorrencial está sujeita ao regime de precatórios.

QUESTÃO 45

Quanto ao controle de constitucionalidade abstrato de lei orçamentária estadual e de medida provisória correlata de conteúdo similar, de acordo com a jurisprudência do STF, o tribunal de justiça estadual

- A** pode fazê-lo, desde que as normas orçamentárias tenham caráter abstrato.
- B** pode fazê-lo, independentemente do caráter abstrato ou concreto do objeto da lei e da medida provisória.
- C** pode fazer o controle abstrato de lei orçamentária, mas não de medida provisória.
- D** não pode fazê-lo, cabendo-lhe exercer apenas o controle incidental de constitucionalidade.
- E** não pode fazê-lo, porque norma orçamentária é meramente formal.

QUESTÃO 46

Ao apreciar a proposta orçamentária para 2020 de determinado estado da Federação, o Ministério Público de Contas local verificou a desvinculação de 30% das receitas estaduais decorrentes de impostos, taxas e multas. Nessa desvinculação, foram excetuados os recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, bem como à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Nesse caso, a desvinculação é

- A** regular, pois obedece a expressa previsão constitucional.
- B** regular apenas com relação às taxas e multas.
- C** irregular, uma vez que inexistente previsão constitucional para tanto.
- D** irregular, porque constitui ofensa ao princípio da vinculação de receita.
- E** irregular, uma vez que não pode ser estabelecida por lei infraconstitucional.

QUESTÃO 47

Em contrapartida à determinação constitucional de não incidência do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, foi estabelecido que os estados e o Distrito Federal passassem a receber recursos

- A** da União, que deve repassá-los automaticamente, sob pena de infração do pacto federativo.
- B** da União, que deve repassar o montante fixado em lei ordinária.
- C** da União, que deve repassar o montante fixado em lei complementar.
- D** decorrentes de desconto no repasse constitucional aos municípios.
- E** dos municípios, que devem prever na lei orçamentária o impacto dessa medida no equilíbrio econômico-orçamentário.

QUESTÃO 48

Sete meses antes do fim de seu mandato, que se encerraria em 31 de dezembro daquele ano, o presidente do tribunal de justiça de certo estado da Federação contraiu obrigação de despesa orçamentária que não pôde ser cumprida integralmente dentro do exercício financeiro.

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, a conduta do presidente do tribunal de justiça é considerada

- A** regular, uma vez que apenas chefe do Poder Executivo é impedido de adotá-la.
- B** regular, porque ocorreu antes do prazo limite legalmente previsto, que é de até seis meses antes do término do mandato.
- C** irregular se não houver suficiente disponibilidade de caixa para liquidar o restante da obrigação no exercício seguinte.
- D** regular, bastando incluir o restante da obrigação na rubrica de restos a pagar.
- E** irregular, visto que é obrigação do gestor o cumprimento das obrigações orçamentárias dentro do exercício financeiro.

QUESTÃO 49

A Lei de Responsabilidade Fiscal autoriza ente federado a

- A** captar, de outro ente federado, recursos a título de antecipação de receita de tributo cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.
- B** contrair empréstimo com instituição financeira estatal, para financiamento de despesa corrente.
- C** firmar compromisso com fornecedor de bens, mediante emissão de título de crédito.
- D** receber, antecipadamente, lucros e dividendos de empresa estatal dependente.
- E** assumir obrigação com fornecedores, ainda que sem autorização orçamentária, para pagamento posterior.

QUESTÃO 50

Determinado estado da Federação destinou aportes orçamentários ao aumento do capital social do banco estadual, com o objetivo de ampliar o número de agências bancárias no interior desse estado.

Nos termos da Lei n.º 4.320/1964, essa operação orçamentária deve ser classificada como

- A transferência de capital.
- B subvenção social.
- C subvenção econômica.
- D investimento.
- E inversão financeira.

QUESTÃO 51

O Ministério Público de Contas, ao verificar a observância dos limites orçamentários estaduais com gastos de pessoal, deve computar as despesas de

- A indenização por demissão de servidores ou empregados.
- B incentivos à demissão voluntária.
- C custeio de proventos de inativos com recursos decorrentes de contribuições dos segurados.
- D custeio de proventos de servidores, devido a decisão judicial, com impacto continuado a cada mês.
- E custeio de proventos de inativos com recursos decorrentes de superávit financeiro de fundo vinculado a tal finalidade.

QUESTÃO 52

O estado da Federação que ultrapassar o limite percentual da receita corrente líquida com despesa total de pessoal, estabelecido por lei complementar, deverá adotar medidas para reconduzir as despesas ao limite, conforme disposto na Constituição Federal de 1988.

Assinale a opção que indica medidas previstas na legislação e que poderão ser adotadas pelo estado nessa situação.

- A exoneração de servidores não estáveis e redução em, pelo menos, 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança
- B extinção de cargos em comissão e exoneração de servidores não estáveis
- C redução dos salários de servidores não estáveis e proibição do pagamento de horas extras
- D extinção de funções de confiança e exoneração de servidores não estáveis
- E redução em, pelo menos, 20% das despesas com servidores estáveis e exoneração de servidores não estáveis

QUESTÃO 53

Lei orçamentária anual (LOA) concedeu aumento de remuneração aos servidores da administração direta da União sem a respectiva previsão na lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

Nesse caso, de acordo com a jurisprudência do STF, a falta de previsão do aumento de remuneração na LDO

- A enseja a declaração de inconstitucionalidade da LOA.
- B não obsta a concessão do aumento no exercício financeiro, bastando a previsão da LOA.
- C não invalida a concessão do aumento no exercício financeiro se houver crédito suplementar para tanto.
- D pode ser suprida por previsão na LOA.
- E impede a concessão do aumento no exercício financeiro.

QUESTÃO 54

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que sejam incluídos na receita corrente líquida do estado os valores

- A entregues aos municípios por determinação constitucional.
- B oriundos de transferências correntes recebidas pelo estado.
- C oriundos de contribuições dos servidores para custeio de sua previdência social.
- D recebidos por compensação financeira da contagem recíproca de tempo de contribuição em regimes previdenciários distintos.
- E oriundos de contribuições dos servidores para custeio de seu sistema de assistência social.

QUESTÃO 55

Assinale a opção que indica o princípio da seguridade social que justifica a adoção do sistema de repartição, da filiação obrigatória à previdência social e que possibilita a concessão de benefícios sem a imposição de carência.

- A equidade na forma de participação no custeio
- B universalidade da cobertura e do atendimento
- C caráter democrático e descentralizado da administração
- D princípio da solidariedade
- E diversidade da base de financiamento

QUESTÃO 56

Ana é empregada celetista em determinada empresa de produtos químicos, há cinco anos, e trabalha em atividade considerada prejudicial à saúde.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Ana é segurada facultativa da previdência social.
- B Ana é considerada contribuinte individual.
- C A contribuição de Ana é calculada mediante aplicação de alíquota sobre o seu salário de contribuição, de forma não cumulativa.
- D A contribuição a cargo da empresa é limitada ao teto previdenciário e deve corresponder a 20% sobre o salário de contribuição de Ana.
- E Ana é segurada especial.

QUESTÃO 57

A respeito do regime geral de previdência social (RGPS), assinale a opção correta.

- A É estritamente vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadorias.
- B É permitido, excepcionalmente, que o benefício substitutivo ao salário de contribuição ou ao rendimento do trabalho seja inferior ao salário mínimo.
- C O trabalhador em situação de desemprego involuntário não tem proteção do sistema previdenciário.
- D A contagem recíproca independe de compensação financeira entre os regimes.
- E O participante de regime próprio de previdência é autorizado a filiar-se ao RGPS, desde que na qualidade de segurado obrigatório.

QUESTÃO 58

Marcos, servidor público efetivo desde 1.º/6/1990, trabalhou como empregado celetista em empresa privada entre 1.º/1/1991 e 31/5/1995.

Com relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que Marcos

- A** é segurado do regime geral de previdência social.
- B** terá acréscimo no seu tempo de contribuição se averbar, junto ao tempo de contribuição no serviço público, o período em que trabalhou para a empresa privada.
- C** terá direito a receber proventos integrais caso cumpra integralmente os requisitos de regra de transição advinda de emenda constitucional.
- D** não terá direito a proventos integrais porque ingressou no serviço público em data posterior à promulgação de emenda constitucional que extinguiu essa possibilidade.
- E** não poderá acumular aposentadoria do RGPS com benefício do regime próprio, caso venha a cumprir os requisitos de ambos, isoladamente.

QUESTÃO 59

Antônia, de cinquenta e dois anos de idade, requereu o benefício de pensão por morte em virtude do falecimento, em 1.º/6/2019, do seu cônjuge, Damião, servidor público aposentado de órgão da administração pública do estado do Pará. Damião tinha dois filhos maiores e capazes: Matheus, que é casado, e Mariana, que é solteira. Os pais de Damião, ainda vivos, eram economicamente dependentes dele.

Nessa situação hipotética, a pensão por morte deverá ser concedida a

- A** Antônia, somente.
- B** Antônia e Mariana, somente.
- C** Antônia e aos dois filhos de Damião, somente.
- D** Antônia, aos dois filhos e aos pais de Damião.
- E** Antônia e aos pais de Damião, somente.

QUESTÃO 60

Com relação à instituição de regime complementar nos regimes próprios de previdência social, assinale a opção correta.

- A** A instituição do regime complementar não necessariamente vincula os benefícios do regime próprio ao teto previdenciário do RGPS.
- B** Os planos de benefícios oferecidos aos participantes de regime de previdência complementar devem ser obrigatoriamente de contribuição definida.
- C** O servidor que tiver ingressado no serviço público em data anterior à instituição do regime complementar estará automaticamente vinculado ao novo regime, independentemente de sua prévia opção.
- D** A instituição dos planos de benefícios deve ser realizada por intermédio de entidades abertas de previdência complementar.
- E** Os servidores titulares de cargo efetivo, os titulares de cargo em comissão e os empregados públicos serão beneficiários do regime de previdência complementar instituído pelo ente federado ao qual estiverem vinculados.

QUESTÃO 61

De acordo com a Lei Complementar n.º 111/2016 do estado do Pará, o participante da Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Estado do Pará (FUNPRESP/PA)

- A** terá direito aos benefícios decorrentes de eventos relacionados a idade avançada e morte, considerados benefícios não programados mínimos pela legislação.
- B** poderá receber do patrocinador aportes correspondentes a tempo de serviço anterior à adesão ao plano de benefícios.
- C** será impedido de manter-se filiado caso seja cedido a outro órgão de outro estado ou do Distrito Federal.
- D** terá direito à contribuição do patrocinador em caso de afastamento não remunerado.
- E** poderá se desligar a qualquer momento, pois a sua filiação ao regime complementar tem natureza facultativa.

QUESTÃO 62

Nos termos da Lei Complementar n.º 39/2002 do estado do Pará, a aposentadoria por invalidez para servidor estadual efetivo

- A** deverá ser precedida de licença para tratamento de saúde ou por acidente, a qual não poderá exceder a doze meses.
- B** não está necessariamente condicionada a exame médico pericial que ateste a condição incapacitante do segurado.
- C** equivale, em qualquer hipótese, a valor proporcional aos proventos recebidos durante o tempo de contribuição do segurado.
- D** poderá ser suspensa se o segurado negar-se a se submeter aos exames médicos obrigatórios nos cinco anos seguintes ao ato de aposentadoria.
- E** poderá, em situações especiais, ser acumulada com licenças médicas.

QUESTÃO 63

Ricardo é servidor público estadual efetivo desde 1.º/5/1992 e em seus assentamentos constam averbados dez anos exatos de contribuição por atividade como celetista, tempo esse não concomitante com a atividade atual dele e não utilizado para concessão de benefício em outro regime, tendo sido averbado no atual regime. Em 1.º/7/2019, Ricardo completou cinquenta e oito anos de idade e, considerando o seu tempo de contribuição averbado, realizou pedido de aposentadoria voluntária.

Nesse caso, o pedido de Ricardo deverá ser

- A** indeferido, porque ele ainda não cumpriu o requisito de idade mínima, que é de sessenta anos.
- B** deferido, porque ele tem direito à relativização da idade em virtude da regra de transição da Emenda Constitucional n.º 47/2005.
- C** indeferido, porque ele ainda não cumpriu o requisito do tempo de contribuição.
- D** deferido, porque ele cumpriu integralmente as exigências da regra de transição da Emenda Constitucional n.º 41/2003.
- E** indeferido, porque os dez anos de contribuição em outro regime previdenciário não podem ser considerados.

QUESTÃO 64

Com base no entendimento do STF, assinale a opção correta.

- A** Aposentado pelo RGPS que permanecer trabalhando deve contribuir, obrigatoriamente, para o sistema previdenciário, com possibilidade de revisão do valor da aposentadoria.
- B** A postulação judicial para concessão de benefício previdenciário independe de prévio requerimento administrativo.
- C** Servidor público que exerça atividade especial não tem direito à aposentadoria especial, até que sobrevenha regulação específica sobre a matéria.
- D** Para efeito da aposentadoria especial dos professores, não é permitido o cômputo de tempo de serviço extraclasse prestado.
- E** É inconstitucional a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13.º salário.

QUESTÃO 65

Considerando-se a legislação processual aplicável ao Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA), no parecer prévio do tribunal que apreciar as contas do governo do estado, deve-se reportar à gestão fiscal

- A** do chefe do Poder Executivo e às contas de cada poder.
- B** do Poder Executivo e às contas do chefe de cada poder.
- C** de cada órgão do Poder Executivo e às contas do chefe de cada poder, do TCE/PA e do Ministério Público estadual.
- D** de cada poder, do TCE/PA e do Ministério Público estadual, bem como às contas do chefe do Poder Executivo.
- E** do chefe de cada poder e às contas dos demais órgãos e entidades do estado.

QUESTÃO 66

De acordo com a previsão da Lei Orgânica do TCE/PA para a fiscalização de contratos, assinale a opção correta no que se refere à inspeção extraordinária.

- A** Visa examinar fatos ou ocorrências cuja relevância ou gravidade exijam apuração em caráter de urgência.
- B** Pode ser ordenada somente pelo relator ou pelo tribunal pleno.
- C** Tem prazo improrrogável.
- D** O ato que a determinar não precisa conter a indicação do seu objeto.
- E** É utilizada para verificar o cumprimento das deliberações do tribunal e os resultados delas advindos.

QUESTÃO 67

De acordo com a Lei Orgânica do TCE/PA, caso as contas de governo não sejam apresentadas para apreciação do TCE/PA dentro dos prazos constitucionais e legais, esse tribunal deverá

- A** remeter os autos ao Ministério Público de Contas para que proceda a uma tomada de contas especial.
- B** determinar a realização de auditoria especial para a tomada de ofício das contas do governo.
- C** comunicar o fato à assembleia legislativa, devendo apresentar relatório minucioso do exercício financeiro encerrado.
- D** conceder novo prazo ao chefe do Poder Executivo para apresentação das contas; o descumprimento do novo prazo autoriza o TCE/PA a efetuar o julgamento à revelia.
- E** dar início à tomada de contas de exercício com base em documentos e outros elementos colhidos pelo TCE/PA, bem como nas informações contidas em seu banco de dados.

QUESTÃO 68

No contexto da apreciação e do controle dos atos de concessão de aposentadoria de servidores públicos, a posição majoritária do Supremo Tribunal Federal (STF) é a de que a concessão de aposentadoria é um ato

- A** jurídico perfeito praticado unicamente pelo tribunal de contas no ato de registro, sendo de natureza meramente preparatória a manifestação prévia do poder público.
- B** administrativo simples praticado unicamente pelo poder público e somente produz efeitos financeiros a partir do seu registro no tribunal de contas.
- C** instantâneo, de efeitos permanentes, e não depende do seu registro no órgão de controle para se aperfeiçoar.
- D** composto e só se aperfeiçoa com a sua publicação na imprensa oficial.
- E** complexo e só se aperfeiçoa com o registro do ato no tribunal de contas.

QUESTÃO 69

Segundo a Lei Orgânica do TCE/PA, na parte legítima para apresentar denúncia perante o TCE/PA inclui-se qualquer

- A** estrangeiro.
- B** sindicato.
- C** pessoa física.
- D** sociedade empresária.
- E** pessoa jurídica.

QUESTÃO 70

Conforme a previsão do Regimento Interno do TCE/PA, são consideradas urgentes e têm tramitação preferencial as representações

- A** contrárias a conselheiros, servidores do tribunal ou membros do TCE/PA.
- B** referentes a atos do governador ou a membros da assembleia legislativa.
- C** passíveis de gerar dano ao erário estadual ou irregularidade grave.
- D** passíveis de resultar na aplicação de pena de demissão.
- E** apresentadas pelos titulares dos controles internos dos órgãos públicos.

QUESTÃO 71

De acordo com a Resolução TCE/PA n.º 18.857, que trata de convênios, acordos e instrumentos congêneres, o termo aditivo deverá ser formalizado

- A** durante a vigência do convênio, sendo vedada a alteração da natureza do objeto aprovado.
- B** durante a vigência do convênio, sendo vedada a modificação de cláusulas pactuadas.
- C** após o término do convênio, sendo vedada a alteração da natureza do objeto aprovado.
- D** após o término do convênio, sendo permitida a modificação das cláusulas pactuadas.
- E** até noventa dias após o término do convênio, sendo permitida a alteração da natureza do objeto aprovado.

QUESTÃO 72

Em processo de prestação e tomada de contas, as contas serão consideradas ilíquidáveis quando

- A** houver comprovação de omissão no dever de prestar contas que não puderem ser tomadas de ofício pelo próprio tribunal, por motivo de força maior.
- B** for materialmente impossível o julgamento de mérito em razão de infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira ou orçamentária.
- C** evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que revele a prática de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.
- D** tornarem o julgamento de mérito materialmente impossível devido a caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável.
- E** evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal da qual não resulte dano ao erário.

QUESTÃO 73

Em processo de tomada de contas, o relator, antes de se pronunciar quanto ao mérito, pode sobrestar o feito e determinar a realização de diligência. Essa decisão do relator é denominada

- A** definitiva.
- B** preliminar.
- C** terminativa.
- D** saneadora.
- E** instrutória.

QUESTÃO 74

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, na interpretação de normas sobre gestão pública, devem ser considerados os

- A** interesses da coletividade, podendo a decisão ser tomada com base em interpretação adotada em face das possíveis alternativas interpretativas ou em valores jurídicos abstratos.
- B** aspectos jurídicos que levem à decretação da invalidação de ato, sem se considerar as consequências jurídicas e administrativas da interpretação adotada.
- C** regimes de transição para que o novo dever seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente, ainda que em prejuízo dos interesses gerais e coletivos.
- D** danos que delas provierem para a administração pública e as circunstâncias agravantes ou atenuantes, sendo os antecedentes do agente irrelevantes na aplicação de sanções.
- E** obstáculos, as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

QUESTÃO 75

Assinale a opção que apresenta, segundo a Lei Orgânica do TCE/PA, os recursos cabíveis contra decisões do TCE/PA.

- A** reexame / reconsideração / embargos de declaração
- B** pedido de rescisão / reexame / reconsideração
- C** agravo / embargos de declaração / apelação
- D** agravo / reconsideração / embargos de declaração
- E** pedido de rescisão / apelação / reexame

QUESTÃO 76

A respeito da execução das decisões no âmbito dos processos de tomada e prestação de contas perante o TCE/PA, assinale a opção correta.

- A** A emissão do certificado de quitação plena do responsável com o erário estadual independe do efetivo pagamento da multa aplicada.
- B** O certificado de quitação plena do responsável com o erário estadual, no caso de contas regulares, será dado após o exaurimento do prazo para o ajuizamento do pedido de revisão.
- C** O certificado de quitação plena do responsável com o erário estadual, no caso de contas regulares com ressalvas, será condicionado ao atendimento das medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas.
- D** O presidente do TCE/PA pode autorizar o recolhimento parcelado de multa aplicada por esse tribunal e inscrita em dívida ativa.
- E** O TCE/PA pode — depois de transitada em julgado a decisão que tenha julgado as contas irregulares — determinar o imediato desconto da multa nos vencimentos do agente público responsável sem a necessidade de nova manifestação deste.

QUESTÃO 77

Uma vez que, em determinado momento processual do cumprimento de sentença, as partes não chegaram a um acordo sobre o modo de realização da alienação de bens que haviam sido anteriormente penhorados, o autor requereu que prevalecesse o seu pleito.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Visto que o processo começa por iniciativa da parte e desenvolve-se por impulso oficial, não caberá ao juiz determinar a alienação de bens em leilão.
- B** Caso o autor tenha se posicionado no sentido de alienação por intermédio de corretor, o juiz não poderá determinar a alienação na forma de leilão.
- C** Deverá ser atendido o pleito autoral, dada a necessária correspondência entre a tutela jurisdicional e o pedido vindicado em juízo.
- D** Será a decisão do juiz passível de impugnação, mediante o recurso de agravo de instrumento, se ele determinar a forma de alienação.
- E** É inadmissível a possibilidade de o juiz consultar as partes a respeito da solução da forma de realização da alienação dos bens.

QUESTÃO 78

Sem a especificação dos valores objeto da condenação, sentença condenou B a indenizar A em razão de determinada conduta ilegal imputada a B. A mesma sentença também condenou B a pagar honorários advocatícios, conforme o disposto no art. 85 do Código de Processo Civil.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que, por ocasião do cumprimento de sentença,

- A** será inadmissível a substituição processual, no polo ativo do cumprimento de sentença, se A ceder o seu respectivo crédito a outrem, sem o consentimento de B.
- B** se B for o estado do Pará, ainda que fique comprovada a validade do ato de cessão dos honorários advocatícios sucumbenciais, realizado por escritura pública, e o valor respectivo esteja discriminado no precatório, será inadmissível o reconhecimento da legitimidade do cessionário para se habilitar ao crédito originário do advogado de A.
- C** se B for o estado do Pará e o valor da causa for inferior a quinhentos salários mínimos, será obrigatório o reexame de sentença, visto que é ilíquida a condenação proferida contra o ente público.
- D** o procedimento poderá prosseguir até a satisfação do crédito desde que haja anteriormente a prévia liquidação, por cálculos do contador ou por arbitramento.
- E** pendendo recurso de apelação no tribunal, A poderá propor o cumprimento de sentença provisório; na hipótese de a sentença ser anulada, eventuais prejuízos de B exigirão ação de ressarcimento autônoma.

QUESTÃO 79

Caso a Associação de Servidores do Estado do Pará proponha ação civil pública para tutelar direitos individuais homogêneos decorrentes de origem comum dos associados,

- A** eventual ação individual proposta posteriormente por servidor do estado do Pará com o mesmo objeto e idêntica causa de pedir acarretará em extinção do processo sem resolução do mérito, devido à litispendência.
- B** eventual ação popular proposta posteriormente por cidadão brasileiro com mesmo objeto e idêntica causa de pedir acarretará a extinção do processo sem resolução do mérito, devido à litispendência.
- C** eventual execução individual, caso servidor do estado do Pará seja beneficiado pela sentença genérica, deverá ser ajuizada no foro em que for proferida decisão da ação civil pública.
- D** efetiva tutela dos direitos coletivos ocorrerá na hipótese de a promoção da execução pela autora buscar satisfazer, de forma individualizada e identificada, o direito de cada um dos servidores do estado do Pará.
- E** se os servidores do estado do Pará promoverem diversas ações individuais com o mesmo objeto e idêntica causa de pedir, deverá haver extinção da ação coletiva, visto que a microlide prepondera sobre a macrolide.

QUESTÃO 80

No que se refere a impetração de mandado de segurança contra ato praticado por autoridade no exercício de suas funções, assinale a opção correta.

- A** É admissível ao impetrante desistir da ação, a não ser que já tenha sido prolatada a sentença de mérito.
- B** Conforme entendimento do STJ, negada liminar requerida, é inadmissível a interposição de agravo de instrumento, uma vez que a decisão se confundirá com o mérito do direito líquido e certo.
- C** Se o ato apontado como ilegal for uma decisão judicial, a impetração de recurso estará condicionada à existência de teratologia, ilegalidade ou abusividade, desde que o recurso previsto não tenha ou não possa obter efeito suspensivo.
- D** Se o ato apontado como ilegal for uma decisão judicial, a impetração de recurso por terceiro estará condicionada à interposição de recurso pela parte.
- E** No caso de concessão de segurança, para evitar grave lesão a ordem, saúde, segurança e economia públicas, poderá o presidente do tribunal, a pedido da pessoa jurídica interessada, requerer a revogação da decisão.

QUESTÃO 81

Antônio propõe ação declaratória em desfavor de Bruno com o intuito de ver reconhecida unicamente relação jurídica entre ambos.

Considerando a situação hipotética, assinale a opção correta a respeito da prolação da sentença.

- A** Decisão que reconheça a existência de relação jurídica entre Antônio e Bruno não terá eficácia executiva, ainda que expresso o reconhecimento de obrigação certa, líquida e exigível; portanto, não possuirá, por si só, o condão de obrigar Bruno a pagar Antônio.
- B** A ausência de contestação por parte de Bruno em face da revelia irá impedi-lo de produzir provas, o que enseja o reconhecimento pelo juiz da existência da relação jurídica entre as partes.
- C** A sentença será de procedência do pedido, ante o *nemo venire* contra *factum proprium* processual, se Bruno elaborar a sua contestação com teses contraditórias de mérito.
- D** Bruno poderá desencadear o procedimento de cumprimento de sentença em desfavor de Antônio se o juiz julgar improcedente o pedido, reconhecendo a existência de obrigação de Bruno desfavoravelmente a Antônio.
- E** A sentença poderá condicionar o reconhecimento da existência da relação jurídica a determinada obrigação a ser adimplida por Bruno.

QUESTÃO 82

Ainda a propósito de prolação de uma decisão judicial, assinale a opção correta.

- Ⓐ A regência da interposição do recurso cabível não será em função da data da publicação do provimento jurisdicional impugnado.
- Ⓑ Admite-se o recebimento de um recurso por outro quando houver dúvida objetiva quanto ao recurso cabível na espécie, inexistência de erro grosseiro e observância da tempestividade do recurso; a dúvida objetiva ocorre quando existe na doutrina ou na jurisprudência controvérsia na identificação do recurso adequado.
- Ⓒ Se for um acórdão proferido por um tribunal de justiça, não se admite a propositura de medida cautelar para concessão de efeito suspensivo a recurso especial ainda não admitido, ainda que o intuito seja o de evitar teratologias ou obstar os efeitos de decisão contrária à jurisprudência pacífica do STJ.
- Ⓓ Haveria interesse recursal quando a substituição da decisão, nos termos pretendidos, importe em melhoria na situação do recorrente, quando, por exemplo, for evitar a formação de um precedente jurisprudencial.
- Ⓔ O Ministério Público não terá legitimidade para recorrer em caso de discussão que se relacione a direitos individuais disponíveis e em que as partes estejam devidamente representadas, ainda que seja obrigatória a sua intervenção como *custos legis*.

QUESTÃO 83

A respeito de tutela provisória, assinale a opção correta.

- Ⓐ A tutela de urgência será concedida se houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, não podendo o juiz exigir caução real ou fidejussória.
- Ⓑ A tutela de urgência de natureza antecipada não poderá ser concedida se houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- Ⓒ A tutela concedida na forma antecipada fará coisa julgada se não for impugnada no momento oportuno, visto que persistiria a estabilidade dos respectivos efeitos.
- Ⓓ A tutela de evidência será concedida independentemente da demonstração de perigo de dano, mas não do risco de resultado útil ao processo.
- Ⓔ A tutela será concedida na forma de evidência se as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e se houver tese firmada em julgamento de casos de incidente de assunção de competência.

QUESTÃO 84

A decisão de mérito, transitada em julgado, poderá ser rescindida

- Ⓐ quando for proferida por juiz suspeito.
- Ⓑ somente quando estiverem esgotados todos os recursos.
- Ⓒ se for verificado que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.
- Ⓓ caso resulte de culpa da parte vencedora em detrimento da parte vencida.
- Ⓔ se tiver por objeto até dois capítulos da decisão.

QUESTÃO 85

Em determinada demanda em que contendam A e B sobre um bem imóvel, é correto afirmar que,

- Ⓐ tratando-se de propositura de ação monitória, o juiz deverá extinguir o processo sem resolução de mérito.
- Ⓑ tratando-se de execução de título extrajudicial, o juiz poderá expedir mandado de citação em que constará ordem para a busca e apreensão.
- Ⓒ na hipótese de penhora sobre o bem, não haverá a intimação do cônjuge do executado se A e B forem casados em regime de separação absoluta de bens.
- Ⓓ se a ação for relativa à divisão de terras particulares, o valor da causa será o equivalente à metade da avaliação total do bem.
- Ⓔ se houver cumulação da ação de demarcação com a de divisão de terras particulares, o processamento do feito será conjunto.

QUESTÃO 86

A respeito da intervenção de terceiros no direito processual civil brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ Admite-se o ingresso de acionista de uma sociedade empresária como assistente simples dessa sociedade se o interesse do acionista for limitado aos reflexos econômicos de eventual sucumbência.
- Ⓑ Em razão da necessidade de ampliação da dilação probatória, não se admite a denunciação da lide àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo, quando introduzir fundamento novo à causa.
- Ⓒ Na hipótese de uma seguradora ser denunciada em uma ação de reparação de danos, a contestação do pedido não tem, por si só, o condão de vincular a sua condenação, juntamente com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima.
- Ⓓ Se a ação ajuizada com o objetivo de fornecimento de medicamentos for proposta em desfavor apenas do estado-membro, deverá ser chamada ao processo da União por se tratar de obrigação solidária entre municípios, estados e União.
- Ⓔ Considerando a relevância da matéria, o juiz poderá, por decisão irrecorrível, admitir a participação de pessoa natural ou jurídica como *amicus curiae* na lide, ainda que isso enseje alteração de competência.

QUESTÃO 87

Proposta ação em uma das varas cíveis da justiça estadual do Pará, sendo dispensada a fase instrutória, o juiz deverá

- Ⓐ julgar liminarmente improcedente o pedido, sem a citação do réu, desde que o pedido contrarie enunciado de súmula de tribunal regional federal.
- Ⓑ determinar a citação do réu para apresentar contrarrazões no prazo de quinze dias, se houver julgamento liminar de improcedência do pedido e interposição do recurso de apelação, desde que inexistir retratação do magistrado.
- Ⓒ julgar liminarmente procedente o pedido, sem a citação do réu, se o pedido estiver de acordo com súmula vinculante do STF.
- Ⓓ julgar antecipadamente o mérito em caso de revelia, ainda que o réu tenha requerido a produção de provas.
- Ⓔ julgar liminarmente improcedente o pedido, sem a citação do réu, o que dará ensejo à repropositura da demanda pelo autor.

QUESTÃO 88

Considerando que determinado processo dependa de apreciação em sede de tribunal, assinale a opção correta.

- A** Na hipótese de o relator vislumbrar a possibilidade de inadmissibilidade de recurso, deverá conceder ao recorrente prazo para que complemente documentação faltante ou promova a correção do vício.
- B** Se o caso envolver julgamento de agravo de instrumento interposto em contraposição a decisão que julgue parcialmente o mérito, não se admite a sustentação oral pelas partes.
- C** Haverá julgamento estendido quando não se obtiver resultado unânime em caso de incidente de assunção de competência.
- D** Independentemente de intimação da parte embargante, o órgão julgador poderá conhecer dos embargos de declaração como agravo interno.
- E** Consoante entendimento sumulado do STF, admite-se como recurso ordinário recurso extraordinário de decisão denegatória de mandado de segurança.

QUESTÃO 89

Determinada empresa vende cursos profissionalizantes de mecânica em seu sítio eletrônico na Internet com a finalidade de ensinar o estudante a montar peças para automóveis. Ao adquirir o curso, o cliente recebe em sua residência um *kit* didático composto por um fascículo impresso com instruções de montagem; um livro eletrônico, contido em um CD; e um material demonstrativo, constituído de componentes mecânicos, para a prática de lições.

Nessa situação hipotética, considerando-se a jurisprudência do STF, entre os elementos que compõem o referido *kit* didático, é (são) objeto(s) de imunidade tributária

- A** apenas o fascículo impresso.
- B** apenas o livro eletrônico em si, excluído seu suporte físico (CD), e o fascículo impresso.
- C** apenas o livro eletrônico, seu suporte físico (CD) e o fascículo impresso.
- D** o livro eletrônico, seu suporte físico (CD), o fascículo impresso e o material demonstrativo.
- E** apenas o livro eletrônico e seu suporte físico (CD).

QUESTÃO 90

Determinado estado criou um programa especial de pagamento de créditos tributários vencidos, que possibilitava as seguintes vantagens:

- I dispensa do pagamento de 20% dos créditos inscritos em dívida ativa devidos por empresas que gerassem mais de 50 empregos diretos;
- II dispensa do pagamento de multas decorrentes de infrações à legislação tributária estadual consideradas de baixo potencial ofensivo;
- III pagamento do restante dos créditos em parcelas mensais e sucessivas de pelo menos 6% do faturamento mensal da empresa.

Nessa situação hipotética, o referido programa do estado contemplou, respectivamente, as seguintes causas de suspensão da exigibilidade, de extinção e de exclusão do crédito tributário:

- A** remissão, anistia e compensação.
- B** remissão, isenção e parcelamento.
- C** isenção, anistia e compensação.
- D** remissão, anistia e parcelamento.
- E** isenção, compensação e parcelamento.

QUESTÃO 91

Em 10/4/2014, um contribuinte pagou, à alíquota de 3%, o ISSQN referente à prestação de serviços médicos em determinado município. Posteriormente, verificou que, de acordo com a legislação tributária aplicável, ele deveria ter recolhido o tributo à alíquota de 2% na referida data, razão pela qual solicitou administrativamente, em 10/4/2016, a restituição do valor pago a mais. No entanto, em 2/2/2018, o pedido foi indeferido pela administração. Inconformado, o contribuinte ajuizou ação de repetição de indébito em 10/5/2019.

Nessa situação hipotética, a ação de repetição de indébito deve ser julgada

- A** procedente, pois o contribuinte apresentou tempestivamente pedido administrativo de restituição.
- B** procedente, pois a ação foi ajuizada dentro do prazo de cinco anos após a decisão administrativa que indeferiu a restituição.
- C** improcedente, pois decorreu de erro no pagamento espontâneo pelo próprio contribuinte.
- D** improcedente, pois o contribuinte não apresentou prévio protesto à administração.
- E** improcedente, pois o direito à restituição foi atingido pela prescrição.

QUESTÃO 92

Em razão da grande quantidade de transportes escolares irregulares na capital de um estado da Federação, foi aprovada lei estadual que previa isenção de imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) incidente sobre veículos utilizados para transporte escolar autônomo na cidade, bem como anistia de multas pelo não recolhimento desse tributo, desde que os devedores fossem filiados à cooperativa de transportes da capital.

Nessa situação hipotética, a referida lei é

- A** inconstitucional por instituir tratamento diferenciado entre transportadores filiados e não filiados à cooperativa.
- B** inconstitucional por instituir incidência diferenciada de IPVA em razão da utilização do veículo.
- C** constitucional, pois foi editada no âmbito da competência do estado, no exercício de sua discricionariedade legislativa em matéria tributária.
- D** parcialmente inconstitucional, cabendo ao Poder Judiciário estender a isenção aos contribuintes não contemplados pela lei.
- E** incompatível com o Código Tributário Nacional (CTN), que não admite limitação espacial de leis de anistia.

QUESTÃO 93

Determinada empresa brasileira de transporte aéreo de passageiros firmou contrato de arrendamento mercantil com fabricante de aeronaves estrangeiras, que disponibilizou os veículos no Brasil sem antecipação da opção de compra.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS)

- A** não deverá incidir, pois não ocorre circulação jurídica de bens no arrendamento mercantil.
- B** não deverá incidir, pois os estados não têm competência para tributar operações de importação, sob pena de usurpar competência aduaneira da União.
- C** deverá incidir, pois, para que haja incidência tributária, são relevantes apenas os efeitos econômicos dos negócios jurídicos, não importando seus conteúdos nem formas de direito privado.
- D** deverá incidir, pois o fato gerador do ICMS incidente sobre operações de importação configura-se com a mera entrada do bem importado em território nacional.
- E** deverá incidir, pois a ausência de antecipação da opção de compra no contrato de arrendamento mercantil representa hipótese de incidência do referido tributo.

QUESTÃO 94

Conforme a jurisprudência do STF, o pedágio

- A** é uma espécie de imposto.
- B** é uma espécie de taxa.
- C** possui natureza jurídica de preço público.
- D** não possui natureza tributária, mas deve ser instituído mediante edição de lei.
- E** possui natureza de contribuição parafiscal.

QUESTÃO 95

De acordo com a jurisprudência do STF, é constitucional a cobrança de taxa

- A** para custeio de serviço de iluminação pública.
- B** para o custeio de serviço de limpeza de logradouros públicos.
- C** de fiscalização em função da área de estabelecimento.
- D** de localização e funcionamento em função do número de empregados de uma empresa.
- E** para emissão ou remessa de guia de pagamento de outros tributos.

QUESTÃO 96

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores e as disposições do CTN, assinale a opção correta.

- A** O legislador pode relativizar direitos fundamentais sem observar o princípio da proporcionalidade, uma vez que este não é parâmetro balizador da legislação tributária.
- B** É inconstitucional lei que autorize o protesto da certidão de dívida ativa, por constituir restrição desproporcional aos direitos de liberdade e propriedade.
- C** A administração tributária pode, em razão da presunção de legitimidade de seus próprios atos, desconsiderar declarações do contribuinte independentemente da aferição de dolo, erro ou má-fé.
- D** O crédito tributário pode ser parcelado de ofício pela administração tributária, nos termos da lei, mas esse parcelamento não interrompe nem suspende a prescrição.
- E** Agente público vinculado à administração tributária pode ingressar, durante o dia, em escritório de contabilidade para efetuar apreensão de livros contábeis, ainda que não esteja amparado por mandado judicial.

QUESTÃO 97

Ao efetuar o pagamento de auxílio-creche a servidores, determinado estado da Federação reteve na fonte o imposto sobre a renda.

Nessa situação hipotética, a retenção foi

- A** devida, pois o auxílio-creche integra a remuneração do servidor.
- B** devida, pois o auxílio-creche tem natureza indenizatória.
- C** indevida, cabendo ação de repetição de indébito contra o estado, mas não contra a União.
- D** indevida, cabendo ação de repetição de indébito contra a União, mas não contra o estado.
- E** indevida, cabendo ação de repetição de indébito contra o estado e contra a União.

Texto 1A9-I

Determinada empresa brasileira de bebidas passou a vender, em janeiro de 2012, bebida gaseificada com sabor artificial. Após consultar escritório de advocacia externo a respeito da tributação de ICMS sobre o produto, a empresa o classificou como água gaseificada, sobre a qual incide alíquota de ICMS de 15%, conforme lei estadual. Em fevereiro do mesmo ano, a empresa declarou — mas não pagou — o ICMS devido sobre a venda do produto.

Em julho de 2017, a empresa foi notificada em auto de infração que exigia não somente o pagamento do ICMS declarado e não pago em fevereiro de 2012, mas também o de valor relativo a 5% adicionais de alíquota: para a fiscalização, o produto deveria ter sido classificado como refrigerante, com alíquota aplicável de 20%.

A empresa apresentou defesa, alegando a decadência do referido lançamento, mas o pedido foi negado definitivamente pelo órgão de julgamento da administração tributária. Inscrito em dívida ativa o crédito decorrente do lançamento à alíquota de 20%, a Procuradoria-Geral do estado ajuizou execução fiscal. Contudo, o estabelecimento empresarial onde funcionava a empresa de bebidas havia sido adquirido por empresa de calçados, não tendo a empresa de bebidas comunicado esse fato ao fisco. Com isso, não foi possível a citação da empresa de bebidas, pois, à época da execução, a empresa de calçados já funcionava no domicílio declarado pela empresa de bebidas à administração tributária.

QUESTÃO 98

Considerando a situação hipotética apresentada no texto 1A9-I, assinale a opção correta, com relação ao crédito tributário decorrente do lançamento notificado em julho de 2017.

- A** O crédito declarado e não pago relativo à alíquota de 15% foi extinto pela prescrição, e o crédito relativo ao adicional de 5% foi extinto pela decadência.
- B** A íntegra do crédito tributário decorrente do lançamento foi extinta pela prescrição.
- C** A íntegra do crédito tributário decorrente do lançamento foi extinta pela decadência.
- D** O crédito tributário decorrente do lançamento não foi extinto, podendo, por essa razão, ser cobrado na execução fiscal ajuizada.
- E** O crédito tributário foi indevidamente constituído, pois a administração tributária não pode reavaliar a correção da classificação fiscal feita pelo contribuinte.

QUESTÃO 99

Na situação hipotética apresentada no texto 1A9-I, o redirecionamento da execução fiscal

- A** ao eventual sócio-gerente atual da empresa de bebidas não é permitido, pois não se pode presumir a dissolução irregular da empresa apenas por ela deixar de funcionar em seu domicílio fiscal sem comunicação ao fisco.
- B** ao escritório de advocacia que prestou orientação jurídica à empresa de bebidas é permitido, haja vista interesse comum na ocorrência do fato gerador, nos termos do CTN.
- C** a eventual sócio-gerente da empresa de bebidas é permitido, desde que este tenha ostentado essa condição ao tempo da dissolução irregular e da ocorrência do fato gerador, cumulativamente.
- D** a qualquer sócio de capital da empresa de bebidas é permitido.
- E** à empresa de calçados é permitido, uma vez que esta adquiriu o estabelecimento empresarial da empresa de bebidas.

QUESTÃO 100

O presidente da República editou medida provisória que previa que o recolhimento de contribuição previdenciária passaria de trimestral para mensal, sem aumento dos valores globalmente devidos. A medida provisória foi publicada no Diário Oficial da União em 10/2/2019, com vigência imediata. Posteriormente, o Congresso Nacional modificou a medida provisória, prevendo o aumento da alíquota da contribuição de 7% para 8%. A lei de conversão foi sancionada e publicada em 10/4/2019.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que o pagamento mensal e o aumento de alíquota somente são exigíveis a partir de

- A** maio de 2019 e julho de 2019, respectivamente.
- B** fevereiro de 2019 e julho de 2019, respectivamente.
- C** fevereiro de 2019 e janeiro de 2020, respectivamente.
- D** julho de 2019.
- E** fevereiro de 2019 e maio de 2019, respectivamente.

Espaço livre